

ENSAIO

Recebido em:
28/04/2016

Aceito em:
10/08/2016

Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 21, n. 47, p. 100-123, set./dez., 2016. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2016v21n47p100

A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010

The trajectory of the university library in Brazil in the 1901-2010 period

Murilo Bastos da **CUNHA**

Professor da Faculdade de Ciência da Informação - UnB - murilobc@unb.br

Fabiene Castelo Branco **DIÓGENES**

Bibliotecária do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - fabienecastelo@gmail.com

Resumo

O artigo mostra alguns dos caminhos que o Brasil percorreu na educação superior, especialmente em suas universidades e bibliotecas universitárias. Em 1901 foi elaborada a legislação sobre o funcionamento de bibliotecas ligadas aos institutos de ensino superior; mas um crescimento maior das universidades se deu apenas a partir de 1945, e, com ele, a criação de suas bibliotecas. A Reforma Universitária de 1968 baseou-se na teoria dos sistemas abertos, provocando impactos também nas bibliotecas que deveriam planejar seus serviços em relação aos objetivos da universidade. Em agosto de 1973, foi criada a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias Brasileiras que, dentre outros objetivos visava estudar os problemas das bibliotecas universitárias com a finalidade de formular uma política nacional para seu desenvolvimento. Na década de 1980 essas bibliotecas foram alvo de uma política pública explícita e integrada por meio do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias no âmbito do Ministério de Educação. Aqui são ainda analisados o Programa PROSSIGA, o Portal de Periódicos da CAPES, as ações da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT e o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. As bibliotecas universitárias brasileiras vêm se adaptando às mudanças das políticas globais de Estado, da educação superior, às mudanças tecnológicas, têm que conviver internamente com problemas de pessoal, redução de orçamento, realizar inovações nas atividades tradicionais e atender às novas demandas da universidade em relação ao seu papel pedagógico. O texto conclui apontando que a necessidade de ações governamentais de forma sistêmica ainda é um sonho para essas bibliotecas.

Palavras-chaves: Biblioteca universitária. Brasil.



v. 21, n. 47, 2016
p. 100-123
ISSN 1518-2924



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Abstract

The article shows some of the ways that Brazil has faced in higher education, especially concerning its universities and university libraries. In 1901 it was drafted a legislation on the functioning of libraries linked to higher education institutions; but only after 1945, the growth of universities and the creation of their libraries has received more attention. The theory of open systems based the University Reform of 1968, affecting their on libraries that should plan services for the university's goals. In August 1973, it was created the Brazilian Association of University Libraries with the objectives of studying the problems of university libraries in order to formulate a national policy for its development. In the 1980s, the university libraries were subject to an explicit and integrated public policy through the National University Libraries Plan under the Ministry of Education. Are also analyzed the PROSSIGA Program, the CAPES Journal Portal, the Digital Library of Theses and Dissertations and the Electronic System for Journal Publishing. Brazilian university libraries are adapting to changing global State policy, higher education, technological changes, have to deal with internally personnel problems, reduced budget, make breakthroughs in traditional activities and meet new demands of the university in relation to its educational role. The text concludes by pointing out that the need for systemic form of government actions is still a dream for these libraries.

Keywords: University libraries. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Neste ensaio pretende-se mostrar a trajetória das bibliotecas universitárias brasileiras. Inicialmente, pensou-se ser possível apresentar a história da biblioteca universitária (BU) no Brasil fazendo um paralelo com a criação e desenvolvimento da universidade no Brasil, mas apesar das tentativas de busca de material em bibliotecas, bases de dados, históricos das bibliotecas federais brasileiras na internet, não foi possível apresentar com riqueza de detalhes a história das BU brasileiras.

No Brasil, segundo Rubens Borba de Moraes (2006, p. 4-6) só se conhece livros a partir da segunda metade do século XVI, desde que se instala, em 1549, o Governo-geral em Salvador, na Bahia, marcando o início da vida administrativa, econômica, política, militar, espiritual e social. Nessa data também chegaram os jesuítas que, junto à criação dos colégios, fundaram também as bibliotecas.

Para Luiz Antônio Cunha (2007, p. 26-27) e Moraes (2006, p. 8-9) as bibliotecas tiveram neste período jesuítico no Brasil, uma boa expansão e acervo em nível universitário. No final do século XVI, já existia em Salvador uma biblioteca no colégio jesuíta. A biblioteca, ligada ao ensino das ciências, que começa na Bahia com as matemáticas, em 1757, possuía as obras de Clavius, de Kricher e os livros de Newton e Descartes. Em 1760, a biblioteca do colégio de Santo Alexandre, no Pará, tinha mais de 2.000 volumes; já o colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro tinha 5.434 volumes em meados do século XVIII.

De acordo com Moraes (*Idem*, p. 10), com a expulsão da Companhia de Jesus, as bibliotecas sofreram um grande golpe. Todos os bens foram confiscados, livros retirados dos colégios ficaram amontoados em lugares impróprios durante anos e a quase totalidade das obras foi destruída, roubada ou vendida como papel velho.

No início do século XX, quando o Brasil estava ainda em um estágio incipiente do desenvolvimento do ensino superior, foi elaborada a legislação sobre o funcionamento de bibliotecas ligadas aos Institutos de Ensino Superior, na ocasião em que o Presidente Campos Sales aprovou, em 1º de janeiro de 1901, o código dos Institutos Oficiais do Ensino Superior e Secundário. Lemos e Macedo (1975, p. 167) comentam que em seu décimo nono capítulo, se referia detalhadamente ao funcionamento das bibliotecas, especialmente as de uso do corpo docente e dos alunos, mas franqueadas a todas as pessoas.

Nanci Oddone (2004, p. 150) menciona que informações localizadas em arquivos pessoais de Gustavo Capanema mostram que havia, junto aos planos para a criação da Universidade do Brasil, documentos sobre estudos para organização de biblioteca universitária. Ressalta-se aqui que Gustavo Capanema foi Ministro de Getúlio Vargas e mentor do projeto educacional que atribuía importante papel à universidade. Em 5 de julho de 1937, Getúlio Vargas sanciona a lei n.º 452, oriunda do Poder Legislativo, que institui a Universidade do Brasil, definida em seu artigo primeiro como “uma comunidade de professores e alunos consagrados ao estudo”. Entretanto, Schwartzman *et al.* (2000) mostram que essa proposta não conseguiu ser implantada.

Mas não passaram de tentativas do Estado em considerar as BU como instituições importantes para a universidade. Deve ser ressaltado aqui que as tentativas de criação e regulamentação da universidade se desenrolaram por anos a fio e só em 1931 foi instituído o regime universitário no Brasil, as ações para a criação e marcos regulatórios do Estado para BU se deram mais tardiamente, com exíguos orçamentos e inexistência de políticas governamentais integradas até hoje.

Depois de 1945, vê-se o crescimento das universidades, a consolidação do ensino privado, a exigência de mercado de trabalho em termos de ciência e tecnologia e com eles a criação de bibliotecas ligadas às universidades, com o nome de biblioteca central da universidade, ou bibliotecas ligadas às diversas faculdades que foram reunidas e levavam o nome da universidade.

Assim, Alvarenga (2004, p. 6) mostra que surge, em 1945, a Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ,) e, bem depois, o Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, que foi criado em 1989 e implantado em 1990.

Em 1947 é criada a Biblioteca Central da Universidade de São Paulo (USP). As bibliotecas, como as da Faculdade de Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia e da Escola Politécnica Direito, já existiam desde a fundação da USP, em 1934. Jandira Moreira (2012) aponta que o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBIUSP) foi instituído em 8 de julho de 1981.

Em 1949, quando a antiga Universidade de Minas Gerais foi federalizada, passando a ser denominada Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo resultado da união de diversas escolas e faculdades existentes em Belo Horizonte, as quais se encontravam dispersas na cidade. Essas escolas e faculdades já possuíam bibliotecas próprias, que eram subordinadas a seus respectivos diretores e apresentavam orçamentos independentes (UFMG, 2010).

Em 1959, foi criado o Serviço Central de Informações Bibliográficas (SCIB) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por força de convênio assinado entre a universidade e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), por meio do antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Em 1971, a Biblioteca Central foi criada como órgão suplementar da UFRGS, diretamente vinculada à Reitoria, coordenando e supervisionando, sob a forma sistêmica, o conjunto de bibliotecas da Universidade, com atribuições de órgão central desse sistema biblioteconômico (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2010).

E, assim, foram se sucedendo a criação de BU como, em 1957, a Biblioteca Central da Universidade Federal do Ceará (UFC), subordinada à Reitoria que, apesar do nome, não exercia qualquer função centralizadora, sendo extinta em 1969 com a criação do efêmero Serviço de Bibliografia e Documentação, quando todo o seu acervo bibliográfico foi disperso e distribuído nas bibliotecas das diversas áreas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2010).

Sonia Campos Ferreira (1980) cita que a Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi autorizada a funcionar pelo Conselho Universitário, em sessão do ano de 1959, como Serviço Central de Bibliotecas, com o objetivo de servir de apoio básico às atividades de ensino e pesquisa. Em 1974, este

Serviço passou a denominar-se Biblioteca Central, sendo subordinada diretamente ao Reitor e funcionando como um órgão suplementar dessa universidade.

Acompanhando a trajetória de renovação do ensino superior, em 1962 foi criada a Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), opondo-se à tradição inadequada de múltiplas bibliotecas dispersas nas várias unidades de ensino das universidades – um sistema oneroso que gerava duplicações desnecessárias de acervo e de processos técnicos e administrativos. A UnB implantou no País o conceito de BU com centralização total. Desde então, percorreu uma trajetória de mudanças, recuos e avanços (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010).

Em 1968, foi criada a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, em 1976, foi inaugurado o prédio da Biblioteca Central; a partir de 1977 teve início o processo de centralização e organização do acervo para a Biblioteca, que passou a denominar-se Biblioteca Universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2010).

A Reforma Universitária de 1968, que segundo Kira Tarapanoff (1981, p. 17) visou corrigir as distorções no sistema do ensino superior brasileiro, tradicionalmente centrado em torno da faculdade isolada, baseou-se na teoria dos sistemas abertos que analisa a universidade em suas dimensões: externa (ênfatisa a responsabilidade social da universidade) e interna (ênfatisa modificações na estrutura e objetivos da universidade).

A orientação interna da Reforma Universitária enfatizava: o planejamento universitário em relação aos novos objetivos da universidade de ensino, pesquisa e extensão; a visão de sistema, a universidade vista como um todo coeso, uma unidade orgânica, onde as atividades acadêmicas se completavam; a modernização na estrutura da universidade, centrada nas atividades de ensino, pesquisa extensão e administração da universidade; as diretrizes administrativas de não duplicação de meios para fins idênticos ou similares, e manutenção da racionalidade organizacional com plena utilização de materiais e recursos humanos (*Idem*, 1981, p. 18).

Sob esta orientação, a biblioteca deveria: planejar seus serviços em relação aos objetivos da universidade; ver as bibliotecas como um sistema, opondo-se à biblioteca isolada; reestruturar as atividades da biblioteca em relação às atividades da universidade; introduzir princípios de centralização, coordenação e cooperação para evitar duplicação de atividades e assegurar a racionalidade administrativa (*Idem*, p. 18).

De acordo com Ângela Silva (2009, p. 36-37), as BU foram alvo de observações por parte da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em 1965, quando esta apresentou ao MEC documentos para a reestruturação do sistema universitário brasileiro, ocasião em que foi recomendado que biblioteca universitária devesse estar no centro do *campus*; ser biblioteca única para centralizar acervos, serviços para fins de racionalização de pessoal, padronização dos serviços e facilidades no uso, ser institucionalizada como órgão complementar. Além disso, recomendaram que devesse existir biblioteca para reconhecimento de cursos nas instituições de ensino superior.

Entretanto, para Tarapanoff (1981, p. 19) as leis da Reforma Universitária (1968-1969) trouxeram, além do problema originado, que não especificou diretrizes de mudança ou adaptação para a BU, outros problemas que dificultavam a interpretação quanto a essas alterações no contexto das bibliotecas.

Os problemas trazidos pela Reforma Universitária de 1968 que impediram uma ação imediata dos bibliotecários das BU giravam em torno de: a BU estar ligada a uma faculdade isolada, que impedia a visão sistêmica; o papel da biblioteca no sistema tradicional de ensino brasileiro marginalizava a atuação da biblioteca nos objetivos da universidade, deixando-a com a função residual de preservação de acervo; os bibliotecários não conheciam os objetivos da universidade; não possuíam

informação sobre a situação das BU brasileiras, ou, até mesmo, a situação das bibliotecas numa mesma universidade; os bibliotecários não tinham tradição de planejar, nem tampouco tinham formação de planejadores; havia falta de motivação para mudanças; falta de consciência da importância da biblioteca dentro da universidade, tanto da parte dos professores quanto da parte dos bibliotecários (*Ibidem*, p. 19).

A lei nº 5.540/1968, que trata da organização das universidades, não menciona a BU. Entretanto, na visão de Lemos e Macedo (1975, p. 168) não pareceu uma omissão, pois se tinha chegado a um consenso tácito da necessidade da BU. Em 1963, o Conselho Federal de Educação (CFE) incluiu a existência de uma biblioteca entre os requisitos para um curso superior ser reconhecido. Mas, o mesmo Conselho, no seu parecer nº 627/71, ao contrário de Eptácio Pessoa, que entendia que uma biblioteca não podia funcionar sem o bibliotecário, não exigia, para reconhecimento dos cursos, a contratação de um bibliotecário (*Ibidem*, p. 168).

Na década de 1970, a iniciativa dos diretores das Bibliotecas Centrais das universidades resultou na formação do Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores das Bibliotecas Centrais Brasileiras em 1972 e na criação, em agosto de 1973, da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias Brasileiras (ABBU) que, dentre outros objetivos visava estudar os problemas das bibliotecas universitárias com a finalidade de formular uma política nacional para seu desenvolvimento (*Ibidem*, p. 19-20).

A ABBU tentou a possibilidade de uma filiação ao Conselho de Reitores (CRUB), uma vez que esse colegiado era voltado às questões do planejamento da universidade e a Comissão da BU, mas foi rejeitada pelo CRUB por considerar que a linha de ação da Comissão era incompatível com a do CRUB (*Ibidem*, p. 19-20).

Em julho de 1974, com o apoio do CRUB foi realizado um Seminário na Universidade de Brasília, no então Departamento de Biblioteconomia, cujo principal objetivo era estudar a posição da biblioteca dentro da universidade depois da reforma. O tema central intitulou-se: “A Posição da Biblioteca na Organização Operacional da Universidade” e foi apresentado por Antônio Briquet de Lemos (*Ibidem*, p. 20).

Sob o ponto de vista de planejamento, a posição socioeconômica e estrutural da BU foi influenciada pelos planos nacionais de desenvolvimento, pelos planos setoriais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os planos nacionais, em 1981, eram os grandes motivadores de mudanças e desenvolvimento das instituições e sistemas do País. (*Ibidem*, p. 27).

Em 1980, a BU é vista por Tarapanoff (1981, p. 16) como resultado da sociedade à qual pertence de suas características e prioridades socioeconômicas e culturais. É uma unidade subordinada à universidade que pertence e, baseada nessas premissas, a BU reflete as características da situação socioeconômica da instituição. O relacionamento da universidade com seu meio ambiente se fazem em função das características da universidade como organização e do papel social em determinado momento histórico.

Simultaneamente, a criação das BU e diretrizes implícitas para esta área, transformações de conceitos e práticas na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação se evidenciaram.

Um desses conceitos é o de cooperação, que tem sido amplamente colocado como um dos mais importantes conceitos da sociedade atual. Para Oddone (2004, p. 109) este conceito de cooperação para bibliotecas parece ter surgido no Brasil com Lydia Sambaquy, a partir de 1942, que defendia uma permanente cooperação entre bibliotecários e bibliotecas e marca a importância da padronização e cooperação nos serviços bibliotecários que vão mais tarde influenciar nas concepções dos trabalhos das bibliotecas universitárias. Um exemplo dessa cooperação, segundo a autora (*Ibidem*, p. 88-109) foi a criação do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC),

iniciado em 1942 por Lydia Sambaquy, que ficou conhecido como um projeto ambicioso, cujo principal objetivo era estabelecer uma rede cooperativa de bibliotecas para a catalogação de livros.

O SIC compunha, ao lado de outras iniciativas, o laboratório experimental em que havia se transformado a biblioteca do antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) no início dos anos de 1940, também coordenado por Lydia Sambaquy, e constituiu a principal bandeira de seu projeto Biblioteconomia Brasileira até mesmo depois do Estado Novo e de seu afastamento da Biblioteca do DASP. Com o fim do Estado Novo, o SIC foi assumido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), embora o acervo de fichas continuasse sob a dependência do DASP (*Ibidem*, p. 88-109).

As ideias de compartilhamento de recursos bibliográficos foram sendo incorporadas na prática dos serviços bibliotecários e conforme Krzyzanowski (2007, p. 3), com a criação, na década de 1950, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). O instituto desenvolveu projetos de serviços cooperativos, como a compilação de bibliografias brasileiras por áreas de conhecimento.

O projeto de criação do IBBBD foi planejado por Lydia Sambaquy, quando foi aceita a ideia de um órgão centralizador que capitalizasse recursos bibliográficos para uso da comunidade científica (*Ibidem*, p. 111-112).

O cenário promissor da década de 1950 durou pouco, e, em 1960, Lydia Sambaquy, idealizadora do IBBBD, e defensora do conceito de cooperação, mesmo antes de surgirem os problemas de natureza política enfrentou problemas de ordem financeira, tendo dificuldade em obter verbas para a manutenção dos periódicos correntes do IBBBD (*Ibidem*, p. 111-112).

Nos anos de 1960 foi surgindo no Brasil a ideia de planejamento bibliotecário, introduzido por iniciativa de Maria Luiza Monteiro da Cunha, que divulgou as recomendações do Seminário Mendonza, no 4º Congresso de Biblioteconomia e Documentação realizado em Fortaleza – Ceará, de 7 a 14 de julho de 1963. O Seminário Mendonza, na Argentina, foi realizado para discutir o planejamento bibliotecário no ensino superior. Segundo Tarapanoff (1981, p. 15) as ideias de comunicação, cooperação, coordenação e planejamento, emanadas deste Seminário ainda eram inexistentes entre as BU brasileiras.

Em 1978 Antônio Miranda abordou a problemática das BU, chamando a atenção para o momento de transição que o País vivia na época, para a necessidade das BU acompanharem este processo e para a importância das articulações políticas e a realização de planejamento bibliotecário, devendo o bibliotecário transitar nas esferas técnica e política. Ainda, para este autor, sem um plano coerente e sem liderança nenhum bibliotecário conseguiria reunir os recursos para a sua biblioteca, além dos mínimos para sua sobrevivência. Os recursos nas universidades brasileiras eram limitados e, no caso das bibliotecas, “devido ao fato de que raramente se constituem em prioridade orçamentária, um trabalho de esclarecimento e persuasão é indispensável” (*Ibidem*, 1978, p. 9).

Segundo Miranda (1978) era possível constatar naquela época algumas respostas satisfatórias nas BU como: a construção de prédios para as bibliotecas, alocação de significativas somas de recursos para aquisição de livros e importação de periódicos, organização centralizada dos serviços de informação, e grande parte das BU contarem com bibliotecários graduados em sua equipe. Mas, o autor comenta que continuavam os problemas quanto ao critério unificado de organização administrativa, insucesso quanto a realização de atividades sob a perspectiva de serviços aos usuários como: seleção, atividade que orienta a formação e desenvolvimento do acervo (raríssimas bibliotecas faziam avaliação do seu acervo e deixavam aos professores esta tarefa, sem nenhuma política definida) e como o serviço de referência (sem orientação e treinamento para os usuários).

O número de recursos humanos ainda eram muito baixo, atuando estes profissionais, principalmente, nas áreas de processos técnicos e tarefas administrativas. Miranda (1978) comenta que dois problemas afetavam a colocação destes profissionais na prestação de serviços aos usuários: a falta de planejamento dos serviços e o despreparo dos profissionais que serviam às bibliotecas. Um terceiro problema era a dificuldade encontrada pelos bibliotecários nas atividades de planejamento e administração. Além disso, esse autor também defendeu o conceito de cooperação e no sentido de maximizar o uso das coleções das BU brasileiras e justificar os altos investimentos nesta área, propõe o Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias como agência de planejamento e coordenação do intercâmbio de recursos e experiências.

Intensificando a aplicação do conceito de cooperação, defendido por Lydia Sambaquy, a partir de 1942, conforme Oddone (2004, p. 109), as bibliotecas brasileiras, em 1980, começaram trabalhos compartilhados por meio da constituição de sistemas de informação institucionais coordenados (ALVARENGA *et al.*, 2004, p. 3-4).

Ainda, nos anos de 1980, as BU participaram fortemente de sistemas de informação compartilhados como: a Rede Nacional de Catalogação Cooperativa (Rede BIBLIODATA), sediada na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), do IBICT, com sede em Brasília. Alvarenga *et al.* (2004, p. 3-4) comentam que se verificou nesta ocasião o início ao acesso às bases de dados *online* estrangeiras para buscas bibliográficas.

Maria Lucia A. Garcia (1991, p. 4) e Stela Maria Meneghel (2002) assinalam que, apesar da forte recessão do País e das dificuldades face às restrições orçamentárias pelas quais passavam as universidades no Brasil, a década de 1980 foi uma época em que as BU brasileiras foram alvo de uma política pública explícita e integrada por meio do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) no âmbito da Secretaria da Educação Superior (SESU) do Ministério de Educação.

Para Yone Chastinet (1990, p. 43) a criação do PNBU se deveu a fatores como o fortalecimento da pós-graduação na década de 1970, que refletiu positivamente nas BU que passaram a organizar-se melhor internamente. Os profissionais realizaram discussões entre as instituições e, em 1979 criaram seu foro de debates, o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), espaço onde os profissionais discutiam e passaram a pressionar o governo propondo a criação de uma unidade no MEC para atuar como elemento de ligação entre as bibliotecas e o setor responsável pelas políticas públicas do setor educacional.

Chastinet (*Ibidem*, p. 44) lembra que as recomendações emanadas do IV SNBU, realizado em Campinas, em 1985, com propostas de solução para as BU, foram a base em que a SESU se apoiou, para, em meados de 1985, criar o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU).

O PNBU, concebido e coordenado por Yone Chastinet, visava ao desempenho harmônico das Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior. Aprovado em abril de 1986, por meio de Portarias Ministeriais, o PNBU integrava 12 diretrizes e 46 ações. Na mesma ocasião, foi criado o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias com a finalidade de assegurar a implantação do PNBU, que era constituído de uma Secretaria Executiva e de um Comitê Técnico Assessor (*Ibidem*, p. 39, p. 44-45).

No documento do 1º PNBU, de 1986, o MEC, por meio da SESU reconhece a responsabilidade da função de coordenação da Política Nacional de Educação Superior, em promover a BU brasileira, e assume que cabe a essa Secretaria, com a participação direta da comunidade universitária, assegurar condições que propiciem a definição de padrões de organização e desenvolvimentos de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades (BRASIL. MINISTÉRIO, 1986, p. 1).

O documento do 1º PNBU resultou de uma ampla consulta à comunidade universitária brasileira, baseando-se inicialmente no documento apresentado pelo

IBICT, no 4º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (Campinas, fevereiro de 1986), nas discussões com grupos de especialistas da área, representantes das bibliotecas centrais em níveis regionais, agências e usuários (*Ibidem*, 1986, p. 1).

Em decorrência das discussões, um novo documento foi elaborado e distribuído a 80 instituições de nível superior, ao IBICT, Biblioteca Nacional, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e à Biblioteca Central de Engenharia (BICENGE). As críticas e sugestões propiciaram o enriquecimento das ações e diretrizes propostas no PNB (*Ibidem*, p. 1).

O PNB, que integrava doze diretrizes e 46 ações, concentrou suas diretrizes em seis principais áreas:

- 1) Planejamento: a) Planejamento organizacional - estabelecer e/ou fortalecer uma estrutura de sistema de biblioteca e documentação em cada universidade, tendo o MEC/SESU como órgão de apoio e harmonização, visando a assegurar a eficiência e eficácia dos serviços de informação para os usuários. Cabe destacar a ação desta diretriz quanto à recomendação de instituir junto ao Ministério de Educação um órgão central que coordenasse a formulação de políticas e programas para as bibliotecas universitárias. Esse órgão disporia de um Comitê Assessor com representação regional das Bibliotecas Centrais das Universidades Federais, participação de Bibliotecas Centrais das Universidades Estaduais e Agências de Financiamento e especialistas da área; b) Planejamento financeiro - dotar as bibliotecas de recursos financeiros adequados à prestação de serviços de informação, em estágios compatíveis com as necessidades e exigências da comunidade científica; c) Planejamento de recursos humanos - dotar as instituições universitárias de condições para formação e qualificação de recursos humanos para as bibliotecas; d) Planejamento de recursos físicos - dotar as bibliotecas de estrutura física adequada às condições de conforto e segurança para coleções, usuários e funcionários;
- 2) Formação e desenvolvimento de coleções: formulação de políticas de formação, desenvolvimento e conservação de coleções de materiais informacionais, embasadas nos objetivos da universidade e em suas características particulares.
- 3) Processamento técnico dos documentos: assegurar que sejam adotados padrões, normas e metodologias para o tratamento de documentos, de modo a racionalizar procedimentos e facilitar o intercâmbio;
- 4) Automação de bibliotecas: estimular a automação dos procedimentos técnicos e administrativos das bibliotecas universitárias, visando facilitar o atendimento ao usuário.
- 5) Usuários e serviços: assegurar o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas que facilitem o levantamento das necessidades de informação das instituições universitárias e de seus usuários para garantir o uso adequado dos acervos, produtos e serviços disponíveis a nível institucional ou externo.
- 6) Atividades cooperativas: estimular a participação das bibliotecas universitárias em atividades cooperativas, visando o aproveitamento racional e eficiente dos recursos informacionais disponíveis (BRASIL, 1986, p. 2-8).

Em 1989, onze das doze diretrizes do Plano já tinham tido sua implantação efetivada por meio da realização total ou parcial de 31 das 46 ações que o integravam. Após três anos de implantação, conforme Chastinet (1990, p. 47), o PNB apresentava resultados satisfatórios.

Para GARCIA (1991, p. 13), em documento que preparou contendo a avaliação do Programa, menciona que as ações mais evidentes e contínuas que o PNBu apresentou no período de 1986 a 1990 estão expressas nos seguintes projetos: Programa de Aquisição Planificada (PAP), Programa de Financiamento de Livros para cursos de graduação (BIBLOS), Programa de Estudos Técnicos, pesquisas e desenvolvimento de recursos humanos (PET); e, de certa forma, a decisão de apoiar a Rede BIBLIODATA, a Central de Duplicatas da Biblioteca Complementar de Engenharia (BICENGE) e o desenvolvimento do Curso de Especialização para Bibliotecários de Instituições de Ensino Superior (CEBIES). Houve, também, ações voltadas à automação de bibliotecas e o tema planejamento para as bibliotecas universitárias foi desenvolvido no âmbito das propostas de Estudos Técnicos, pesquisas e desenvolvimento de recursos humanos (PET).

Nesse mesmo documento Garcia (*Ibidem*, p. 19, 22), comenta que as atividades de planejamento do PNBu implicaram em intensas atividades de articulação e coordenação em níveis administrativos, político e técnico com diferentes instituições, bem como em atividades de avaliação e acompanhamento do PNBu, não só por meio de levantamento de dados dos diversos projetos, mas de avaliações feitas por consultores. Além disso, foi elaborada uma extensa documentação das atividades desenvolvidas pelo programa, reunida em três séries: documentos técnicos, documentos de planejamento e documentos do projeto/programa de estudos técnicos, pesquisas e desenvolvimento de recursos humanos (PET). A mesma autora comenta que um dos aspectos mais interessantes na consolidação de programas, projetos e propostas do PNBu “foi sua capacidade de abrigar e operacionalizar “continuidades”, ou seja, propostas em gestação ou iniciativas no campo de bibliotecas universitárias em diferentes órgãos e instituições” (*Ibidem*, p. 14).

Continuando, essa autora considerou como um dos mais notáveis aspectos do PNBu foi a forte articulação da coordenação com os vários atores envolvidos. Segundo diferentes depoimentos, isto se deveu ao empenho de um grupo qualificado de profissionais (dirigentes de BU, professores universitários e técnicos) liderados por Yone Chastinet “profissional com larga experiência em planejamento, desenvolvida a partir da criação e da direção técnica da Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI), até a direção do IBICT” (*Ibidem*, p. 20-21). E a autora conclui (*Ibidem*, p. 29) que o espaço aberto para o trabalho conjunto de pesquisadores/professores da área de biblioteconomia e informação e dirigentes de bibliotecas foi outro aspecto importante iniciado pelo PNBu.

Depois que o PNBu foi legalmente formalizado, em 16 de fevereiro de 1990, por meio do decreto nº 98.964 (BRASIL. Presidência da República, 1990), que instituiu o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PROBIB) o programa original se fragilizou, primeiro pela falta de vontade política demonstrada pelos novos gestores do MEC, aos qual o programa estava vinculado, em efetivamente assumir o programa como uma política pública do Estado. Segundo, pela saída da mentora e coordenadora do programa, que com o carisma e a competência que lhe eram peculiares, construiu exemplarmente um programa dessa envergadura.

Como observa Garcia (1991, p. 25), a efetiva institucionalização do PROBIB não aconteceu, não somente pelo desmonte da máquina governamental na época do governo Collor de Melo, mas porque “inexistiram condições para a manutenção do programa, “legalizado” tardiamente em situação de extrema vulnerabilidade, próprias das iniciativas em épocas de transição dos governos do país”.

O programa foi desativado e transformado em um Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior (SDBIB), órgão de quinto escalão do MEC. Embora ainda fosse utilizada a sigla PROBIB, a posição hierárquica e condições de grande limitação de recursos humanos e financeiros não possibilitaram ao serviço uma efetiva atividade de

planejamento do setor de BU, conforme previstas no PNB/PROBIB (*Ibidem*, p. 25-26).

Em fevereiro de 1991, quando Garcia iniciou o trabalho de avaliação do programa, a grande questão da avaliação era: de que se tratava a desativação do PNB? Que prosseguimento teria essa experiência? Os depoimentos colhidos nas entrevistas para avaliação do programa foram unânimes quanto à necessidade de sua continuidade (*Ibidem*, p. 31). Dentre as várias considerações que a avaliadora (*Ibidem*, p. 32-33) fez em defesa da continuidade do prosseguimento das atividades de planejamento governamental junto às BU brasileiras, ressaltou a experiência do PNB como pioneira no planejamento e atuação sistemática nos desenvolvimentos das BU federais brasileiras, recomendando que as atividades de planejamento devessem ser retomadas e que seria indispensável à instituição de uma unidade de coordenação permanente para realizar a coordenação nacional do setor de BU no âmbito do MEC.

A trajetória bem-sucedida do PNB e sua importância foi também reconhecida por Ângela Silva (2009) que considerou histórico surgimento do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNB), podendo ser “um dos marcos das bibliotecas universitárias que tem impacto em todas as suas esferas técnico-profissionais e que fora gestado e implantado com ampla participação dos bibliotecários, mas não tem continuidade na década posterior” (SILVA, 2009, p. 148). A autora (*Ibidem*, p. 45) observa que o PNB talvez tenha sido o embrião da única política pública para o setor e até hoje não são poucas as manifestações que propõem a retomada de programas de sua envergadura.

Nesta época (1990), o Governo Collor de Mello adere às medidas neoliberais, em “uma cega adesão à doutrina neoliberal”, como afirma Frigotto (2007, p. 1137 *apud* Ferreira, Suely, 2009, p. 172) e a despeito da importância do PNB, é extinta a única ação que já existiu, no Brasil, de políticas públicas do governo federal para as BU de forma integrada, harmônica e regular.

O contexto, no Brasil, em que estão inseridas as BU na década de 1990, se assemelha ao entendimento de Ianni (1999) e Magalhães (2004) sobre o novo modelo que o Estado estava assumindo no mundo. Pode-se afirmar que o cenário no País, a partir dessa época, é de reestruturação do Estado com promoção da privatização de empresas produtivas estatais, dos sistemas de saúde, educação e previdência. A promoção dos mercados, a redução das conquistas sociais, baseada em palavras de ordem como mercado, produtividade e competitividade, inclusive, são argumentos utilizados para justificar as transformações das universidades que, por esta ótica, teriam que ser competitivas e prestarem um serviço econômico.

Para Maria Abadia Silva (2006, p. 187, 197), a visão do mercado da educação que vai ganhando espaço no Brasil nos anos de 1990, com a proposta dos serviços de ensino ser comercializáveis livremente. Murilo Cunha (2000, p. 72) já havia argumentado que para as BU esse contexto “(...) pode ser perverso (...), porque elas, tradicionalmente, são centros de custos, e não de captação de recursos. Por isso deve ser entendida em todas as suas facetas para que mudanças possam ser feitas e a biblioteca universitária possa ocupar um nicho importante na vida acadêmica”.

As BU brasileiras que, ao longo do tempo, vêm se adaptando às mudanças das políticas globais de Estado, da educação superior, às mudanças tecnológicas, realizando desenvolvimentos conceituais e práticos, a partir de 1990, têm que conviver internamente com problemas de pessoal (qualificação e número de funcionários), redução de orçamento, realizar inovações nas atividades tradicionais e atender às novas demandas da universidade em relação ao seu papel pedagógico, influenciado pelas profundas mudanças da educação superior.

Tudo parece indicar que as tendências de avaliação e a prestação de contas como instrumentos que surgem na nova relação entre o Estado e a educação

superior que se verifica na universidade são também seguidas conceitualmente e na prática pelas BU.

As BU, conforme Angela Silva (2009, p. 149), a partir de 1990, se defrontaram nas suas atividades com número reduzido de funcionários, novos serviços informacionais, novas exigências dos processos avaliativos do MEC, assimilação dos princípios gerenciais, havendo proliferação de cursos de gestão para a formação bibliotecária.

Essa tendência de adoção de princípios de gestão foi identificada por Población *et al.* (2002, p. 11), que por meio de estudo sobre a temática de administração/gerenciamento das BU nos vários eventos do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), verificaram ser esta uma temática central, em grande parte dos eventos realizados.

Outra tendência que se intensifica, a partir da década de 1990, é o uso de tecnologias de informação por meio da *web*, pelas BU brasileiras e instituições de informação em Ciência e Tecnologia, estimulando, em muito, as ações de cooperação entre essas bibliotecas.

Na década de 1990, de acordo com Alvarenga (2004, p. 3-4), a tecnologia CD-ROM se concretizou no Brasil e com ela o acesso local às bases de dados estrangeiras neste suporte. Nos anos de 1990, as três universidades estaduais paulistas (UNESP, USP e UNICAMP) reuniram seus acervos de livros e teses em um CD-ROM, em mais uma iniciativa de compartilhamento dos sistemas de informação. A Rede Nacional de Pesquisa (RNP), do Ministério de Ciência e Tecnologia, em 1989 constitui um grande avanço na integração dos recursos informacionais em rede, havendo, desde então, uma mudança no perfil das BU brasileiras.

A partir de 1995 o IBICT vem desenvolvendo projetos de cooperação e desenvolvimento de redes de informação na *Web*, tendo como parceiros, prioritariamente, as BU. Exemplos dessas ações são:

- Catálogo Coletivo Nacional (CCN), criado em 1954 e disponibilizado na internet em 1998. É uma rede cooperativa de unidades de informação localizadas no Brasil e que reúne informações sobre publicações periódicas técnico-científicas de catálogos de bibliotecas do Brasil;

- Programa Comutação Bibliográfica (COMUT), criado em 1980, para tornar possível a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras, em BU e em serviços de informação internacionais.

- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), serviço de informação, coordenado pelo IBICT, em que participam maciçamente as BU públicas federais, disponibilizando de forma livre e gratuita dissertações e teses brasileiras com acesso ao texto completo. Esse serviço foi uma evolução do banco de dissertações e teses brasileiras iniciadas pelo IBICT por volta dos anos de 1980, depois em 1996, constituindo uma rede de informações planejada no âmbito das ações do Programa de Informação e Comunicação para C&T (PROSSIGA) e culminando, em 2003, com a atual BDTD. Ela utiliza as tecnologias de Open Archives Initiative (OAI) e adota o modelo baseado em padrões de interoperabilidade consolidado em uma rede distribuída de bibliotecas digitais de teses e dissertações. Possuía, em abril de 2016, um acervo de 97.001 teses, 261.481 dissertações de 122 instituições de ensino (IBICT. BDTD, 2016). É um exemplo bem-sucedido na implantação do acesso aberto no Brasil. Segundo Peter Suber (2004), acesso aberto significa uma literatura digital, *online*, gratuita com o consentimento do autor, assunto que será abordado no final deste tópico e nos dos desafios e perspectivas das bibliotecas universitárias;

- De 1995 a 2003, o PROSSIGA, concebido por Yone Chastinet a convite de Galízia Tundisi, então presidente do CNPq e assumido pelo IBICT, na época dirigido por José Rincón Ferreira, é também um exemplo de trabalhos cooperativos no âmbito de instituições envolvidas com Ciência e Tecnologia, dentre elas universidades e BU,

um dos pioneiros em disponibilizar via *web* serviços de informação em Ciência e Tecnologia.

O PROSSIGA, criado em 1995, com a missão de contribuir para a implantação das diretrizes e prioridades dadas pelo governo para a área de C, T&I, disponibilizou serviços de informação na Internet voltados para as áreas prioritárias do MCT e estimulou o uso de veículos eletrônicos de comunicação pelas comunidades dessas áreas (CHASTINET, 2002a, p. 3).

Os serviços de informação e comunicação do PROSSIGA desenvolvidos neste período foram:

- 1) Serviços de informação gerais: voltados a todas as áreas do conhecimento, como as bases de dados de fomento, instituições de C&T, eventos em C&T, mercado de trabalho em C&T;
- 2) Serviços especializados: voltados a determinada área do conhecimento (Bibliotecas Virtuais Temáticas; Bibliotecas Virtuais de Brasileiros Notáveis; Portais para Fundos Setoriais; Portais de informação sobre informação em C&T e Portais para setores produtivos); base de dados sobre páginas brasileiras na Internet que tratavam de educação, ciência e tecnologia, com registros correspondentes a 556 instituições. Era um grande portal nacional que produzia também portais institucionais para universidades e instituições de pesquisa;
- 3) Serviços de comunicação: produção de boletins eletrônicos em áreas do conhecimento, temas e setores produtivos e um mural interativo para divulgação de notícias produzidas pela comunidade, denominado "Conexão em C&T". Destaca-se, no período 2000 a 2001, a sala restrita criada para a Sociedade Brasileira de Neurociências, na qual foram realizados nove simpósios eletrônicos, reunindo expoentes do mundo nessa área. Todos os Simpósios foram publicados no periódico científico "Brazilian Journal of Medical Research (CHASTINET, 2002a, p. 4);
- 4) Planejamento da base de dados de teses, incluindo o projeto lógico, convênios com Capes e Universidades. Este serviço foi totalmente assumido pelo IBICT, em meados de 1996.

Dos serviços do PROSSIGA, notadamente as bibliotecas virtuais, a base de dados sobre páginas brasileiras na Internet em educação, ciência e tecnologia, base de dados em mercado de trabalho em C&T e a base de dados de teses, foram desenvolvidas em ação conjunta com as BU brasileiras. Cabe ressaltar o pioneirismo do Programa na disponibilização de conteúdos de C&T na internet e nos boletins eletrônicos elaborados a partir de matérias enviadas por pesquisadores responsáveis pelas referidas bibliotecas ou portais, que remetem ao conceito de acesso aberto. Em 2003, com a saída de Yone Chastinet o PROSSIGA teve as suas atividades reduzidas e aquelas ações que permaneceram foram incorporadas ao IBICT.

Outra experiência brasileira utilizando-se das novas tecnologias é a base *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), disponibilizada a partir de 1998, uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, realizada em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e, a partir de 2002, passou a contar com o apoio do CNPq.

O Portal de Periódicos da CAPES, criado em novembro de 2000, é outro serviço de informação em que as tecnologias de informação revolucionaram o acesso à ICT. Ele provê, de forma gratuita aos usuários das instituições participantes na *web*, basicamente, BU federais e estaduais, o acesso aos textos completos de

artigos de revistas nacionais e estrangeiras, de livros eletrônicos, bem como busca bibliográfica em bases de dados.

Com a disponibilização de periódicos eletrônicos pelo Portal de Periódicos da CAPES, é dada continuidade ao antigo Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), da CAPES, foi criado em 1995, em substituição ao Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), um dos projetos do antigo PNBUS da SESU.

É preciso, neste ponto, lembrar que quando não havia o documento eletrônico, o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos, um dos vários projetos desenvolvidos no âmbito do PNBUS, estabeleceu por meio do projeto de cooperação uma rede de aquisição planificada de periódicos estrangeiros em várias regiões do País integrando as BU com melhores acervos. Segundo Chastinet (1986, p. 5) o antigo PAP assegurou a existência de uma coleção básica de periódicos nas bibliotecas em fase de desenvolvimento de seus acervos, integrando-os aos princípios norteadores da rede de aquisição planificada de periódicos.

Ressalta-se aqui que nessa época, o contexto econômico brasileiro convivia com inflação alta. Como consequência, era grave situação do orçamento do acervo de livros e coleções de periódicos das BU brasileiras. Em *Documento Técnico 009/88*, Chastinet (1988, p. 8) demonstrou, a partir de coleta de dados sobre orçamento do acervo de 33 IFES, no período de 1985 a 1988, a precariedade dos acervos das bibliotecas das IFES, atribuindo como um dos principais fatores para essa deficiência o percentual baixo e flutuante de recursos alocados às bibliotecas.

Nesse mesmo documento Chastinet (*Ibidem*, p. 8) alertou para as consequências da crise financeira da época que ameaçava reduzir drasticamente as fontes de recursos externos para as BU, afirmando que a solução para a sobrevivência dessas bibliotecas estaria: no desejo político das altas administrações do MEC e das IFES e no desenvolvimento de programas cooperativos que assegurasse maior racionalização na aplicação das limitadas verbas financeiras e um amplo compartilhamento nos recursos bibliográficos.

Se a situação era grave, como foi demonstrado na época do PAP (PNBUS), depois de sua extinção, com suspensão do PAP em 1991, as instituições deveriam sustentar, com recursos próprios, a renovação total de suas assinaturas, mas isto não foi possível. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2000, *apud* ODDONE; MEIRELLES, 2006), os recursos destinados pelo Governo Federal para renovação das assinaturas de periódicos foram bastante reduzidos ao longo dos anos, impedindo a manutenção de títulos correntes e a assinatura de títulos novos.

O PAAP, criado pela CAPES, em 1995, com o objetivo de garantir a aquisição das assinaturas referentes a 1995 e complementar as coleções interrompidas nos anos anteriores, também não conseguiu repassar recursos suficientes às IES que participavam do programa. De acordo com Oddone; Meirelles (*Ibidem*), baseados em documento da ANDIFES (2000) os recursos oferecidos à IES nem sequer cobriam as assinaturas correntes.

Na percepção de Almeida, Guimarães e Alves (2010, p. 226), no período em que a CAPES centralizava as aquisições e os editores realizavam a entrega dos periódicos impressos nas instituições, havia problemas de demora na definição do conteúdo a ser adquirido por parte das instituições beneficiárias e a CAPES não conseguiu realizar a aquisição em tempo adequado. Havia atrasos na entrega dos periódicos. Em 1999, a situação se agravou em função da redução do orçamento e a valorização do dólar em relação ao real e, como as publicações científicas internacionais tinham seu preço cotado em dólar, a CAPES enfrentou, nesse ano, uma grave crise, tendo havido significativos cortes no número de assinaturas dos periódicos impressos.

Com um cenário propício, o advento da internet e a criação da RNP, a CAPES criou o seu Portal de Periódicos, a partir da iniciativa estadual do Programa

Biblioteca Eletrônica (PROBE), financiado pela FAPESP para as instituições do estado de São Paulo. Segundo os autores (*Ibidem*, p. 226-228) tal criação foi uma forma de aperfeiçoar a política de acesso atualizado ao conhecimento científico.

Para esses autores (*Ibidem*, p. 242), a análise dos dados sobre o Portal da CAPES realizada no período 2001-2009, demonstra sua evolução, consolidação e sua utilização crescente, como instrumento de apoio às pesquisas realizadas, bem como o fortalecimento da cultura de acesso ao material bibliográfico em linha, pela comunidade científica e acadêmica brasileira. Os autores (*Ibidem*, p. 228) apontam que a implantação do portal permitiu uma redução do custo médio do acesso por usuário, promovendo o acesso a um acervo amplo e atualizado de textos completos publicados em periódicos internacionais e às bases de referência, sem limitações geográficas e de horário. Além disso, permitiu o preenchimento de enormes lacunas nas coleções das bibliotecas, devido às irregularidades de concessão de recursos destinados ao setor.

Cabe, neste ponto do relato sobre a indiscutível importância do Portal de Periódicos da CAPES, levantar a questão quanto ao impacto desse serviço nas BU. Como fica a questão da propriedade dos periódicos eletrônicos, de sua preservação, das políticas de desenvolvimento de coleções nessas bibliotecas face às mudanças que a disponibilização dos periódicos eletrônicos, especialmente dos títulos que são disponibilizados pelo Portal de Periódicos da CAPES?

O Portal de Periódicos da CAPES tem sido objeto de alguns trabalhos e, conforme busca realizada na BDTD do IBICT com os termos <portal capes> foram identificadas algumas pesquisas realizadas entre 2005 e 2010, localizando-se, dentre outros, artigos que dirigem um olhar às BU nesse cenário.

Sigrid Dutra (2005, p. 96) ao estudar o comportamento dos alunos e professores de pós-graduação da UFSC, frente à mudança do PAAP para o Portal de Periódicos CAPES, considerou que o papel da BU é extremamente importante, no sentido de indicar para a CAPES as necessidades de ampliação, novas inclusões de títulos, baseados nas demandas não atendidas nas bibliotecas.

Indo nesta mesma direção, Kátia Rodrigues (2008, p. 2, 93) avaliou as mudanças no desenvolvimento de coleções ocorridas após a introdução do periódico eletrônico em IES que têm Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, alerta para a falta de envolvimento dos bibliotecários das IES no processo de seleção de títulos dos periódicos do Portal. Esta pesquisa mostrou que houve um aumento de periódicos nas coleções das bibliotecas destas IES, depois que as bibliotecas passaram a oferecer o conteúdo disponibilizado pelo referido Portal. No entanto, títulos foram descontinuados, podendo comprometer a lista básica (*core list*) de títulos das bibliotecas na área da Ciência da Informação, o que a autora atribui a não participação dos bibliotecários no processo de seleção dos periódicos para o Portal.

Dutra (2005, p. 96) aponta que deve haver o estabelecimento de políticas de preservação digital para garantir o acesso permanente a todos os conteúdos disponíveis no Portal e políticas públicas para as BU que devem ser retomadas e fortalecidas, visando dar garantia à infraestrutura necessária, tanto do ponto de vista físico, tecnológico, recursos humanos e acervos são recomendados.

A partir da década de 2000, intensificam-se as discussões e iniciativas no mundo em torno do acesso aberto à literatura científica, que surgiu principalmente como reação da comunidade científica face aos elevados preços dos periódicos científicos cobrados pelas editoras que dificultavam o acesso à informação científica e às oportunidades propiciadas por avanços nas novas tecnologias de informação, permitindo a interoperabilidade de conteúdo. No Brasil, a partir de 1998, iniciativas como a SciELO e a BDTD em 2003, colocaram o Brasil em consonância com os objetivos do movimento de acesso aberto ao tornar disponível, via *web* e gratuitamente à literatura científica brasileira de artigos de periódicos, teses e dissertações.

O IBICT, além das ações de cooperação e oferecimento de serviços por meio da BDTD vem disponibilizando para instituições, na sua maioria universidades brasileiras, as tecnologias de acesso aberto para publicação de periódicos eletrônicos e repositórios, podendo-se destacar o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que é utilizado pelo serviço de Incubadora de Revistas do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (INSEER). O INSEER tem o objetivo de dar suporte e estimular a construção e manutenção de periódicos científicos de acesso livre na Internet, utilizando o Open Journal Systems (OJS), *software* de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas, desenvolvido pela University of British Columbia. Destaca-se ainda o DSpace, projeto colaborativo das bibliotecas do MIT e a Hewlett-Packard, que possibilita a criação de repositórios digitais.

Em meados de 2012, o IBICT comemorou a adesão ao SEER de 29 universidades públicas e 71 de universidades particulares de todo o País, contabilizando 100 portais, que integram 927 revistas científicas as quais utilizam a metodologia SEER (INSTITUTO, 2012).

Embora existam avanços em direção ao acesso à literatura de periódicos científicos digitais pagos e de acesso aberto e de repositórios no Brasil, onde normalmente estão envolvidas as BU e suas universidades, não foram identificados muitos trabalhos que tratem do cenário das bibliotecas universitárias brasileiras nesta área, localizando-se apenas o trabalho de Carvalho (2009) que oferece uma visão de como tem se desenvolvido a implantação de repositórios no Brasil, em bibliotecas universitárias brasileiras.

A pesquisa realizada por Carvalho (2009, p. 6-9), sobre a implantação de repositórios em BU brasileiras, revelou que as iniciativas para implantação dos repositórios se constituem em ações isoladas; não parecem estar relacionadas ao movimento do acesso aberto e, sim, à demanda pontual ou da evolução do papel de preservação da BU na era digital; a maioria das iniciativas está em instituições públicas; há liderança da biblioteca na implantação dos repositórios, sendo estas iniciativas coordenadas pelo diretor da biblioteca; os alunos de mestrado e doutorado são vistos como os principais depositantes. Mas a quantidade de documentos abrigados nos repositórios ainda é muito pequena.

Segundo Murilo Cunha (1999, p. 257), as novas tecnologias, apesar das dificuldades financeiras foram, gradualmente, incorporadas às atividades das BU e têm provocado mudanças internas na maneira de prover produtos e serviços aos usuários.

A incorporação de novas tecnologias por essas bibliotecas é evidenciada, especialmente no que se refere a sítios e dispositivos da *web* social para comunicação direta com os usuários na pesquisa realizada por Gomes *et al.* (2010, p. 145) sobre a “Mediação para leitura e escrita nas atividades das bibliotecas das universidades públicas brasileiras”. Na sua primeira etapa, a pesquisa (*Ibidem*, p. 149) efetuou um levantamento exaustivo para identificar sítios e demais dispositivos de comunicação em 517 BU de 55 universidades públicas federais e 436 bibliotecas de universidades estaduais de 41 universidades estaduais, tendo sido encontrado que 263 bibliotecas (federais) e 290 (estaduais) possuíam sítios em funcionamento, o que caracteriza um avanço se comparado com resultados de estudos anteriores.

Entretanto, as autoras (*Ibidem*, p. 145) constataram que há “um fraco aproveitamento da *web* pelas bibliotecas na mediação para o acesso e uso da informação, e nas ações de apoio à leitura e escrita” o que exige um dimensionamento urgente do uso da *web* pelas bibliotecas públicas brasileiras (IFES e IES estaduais) visando à comunicação direta com seus usuários. Apenas 26,9% das bibliotecas das IFES utilizam interlocução direta com os usuários, 1,9 % possuem fórum de discussão ou *Twitter*; 3,8% possuem *blogs* para essa interlocução com os usuários. Em relação às bibliotecas das IES estaduais, há algum avanço em relação às

IFES, pois, das bibliotecas das IES estaduais, 36,9% delas usam o “fale conosco”, 13,8% mantêm fóruns de discussão e 1,0% delas possuem Twitter e *blogs* (*Ibidem*, p. 145, 151).

As autoras concluem que “no seu conjunto, as IES federais e estaduais ainda não incorporam de modo profundo e sistemático a atitude de análise e redimensionamento de sua missão, no sentido de avançar na ressignificação do seu ambiente como um espaço dinâmico, dialógico” (*Ibidem*, p. 152).

Essas mudanças conceituais e tecnológicas com as quais passaram a se defrontar as BU a partir do final do século XX foram acompanhadas, na década de 1990, por mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, que de acordo com Meneghel (2002), Sousa (2006, p. 156-157), Oliveira (2000, p. 19). Essa legislação põe fim ao modelo de ensino, pesquisa e extensão, cria mecanismos de expansão na universidade; consolida a educação a distância em diversas modalidades; define a nova matriz para distribuição de recursos orçamentários, no caso das IFES, considerando a produtividade da instituição.

As mudanças decorrentes da LDB têm exigido das BU novas posições em relação às alterações no seu planejamento visando atender ao modelo diferenciado; à expansão dos cursos; ao ensino a distância e aos critérios de autonomia e avaliação, que somados à necessidade de utilização de modernas tecnologias exigem recursos financeiros recursos humanos capacitados para esta transição. Entretanto, essas mudanças dependem da interpretação de cada BU, persistindo a velha questão, as políticas de educação superior emanadas da LDB não foram acompanhadas de políticas públicas para o setor de BU, configurando-se até o final de 2010, em leis, decretos, resoluções e portarias dirigidas à regulação de credenciamento e avaliações das IES como podem ser observadas a seguir:

- a) a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no seu artigo 3º, inciso VII, estabelece que a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação são dimensões institucionais que devem constar na avaliação das instituições de educação superior (BRASIL, Lei nº 10.861..., 2004);
- b) o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece no artigo 16, que deverá constar, no plano de desenvolvimento institucional com relação à biblioteca, informações sobre: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos, e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROM e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos, horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos (BRASIL, Presidência da República, Decreto n. 5.773..., 2006);
- c) a Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora/aula, determina no artigo nº 2º que sejam realizadas atividades práticas supervisionadas, dentre outros, em biblioteca (BRASIL, Ministério da Educação, Resolução n. 3..., 2007);
- d) a Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, no seu artigo nº 32, inciso 2º, determina que a instituição deva manter página eletrônica da biblioteca. Nessa página deve constar a descrição da biblioteca, o seu acervo de livros e periódicos, relacionados à área do curso, política de atualização e informatização, área física

- disponível e formas de acesso e utilização (BRASIL, Ministério da Educação, Portaria normativa nº 40..., 2007);
- e) a Portaria nº 1.264, de 17 de outubro de 2008, que aprova o instrumento de avaliação externa de instituições de educação superior do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES) atribui indicadores e pesos para infraestrutura física; dentre os vários itens consta a biblioteca (BRASIL, Ministério da Educação, Portaria nº 1.264..., 2008);
 - f) a Resolução nº 3, de 14 de outubro de 2010, que regulamenta o art. 52 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino, determinando no artigo nº 3, inciso XI, a integração efetiva da biblioteca na vida acadêmica da instituição, atendendo às exigências dos cursos em funcionamento, com planos fundamentados de atualização, são condições prévias indispensáveis para o requerimento de credenciamento das IES como universidade (BRASIL, Ministério da Educação, Resolução nº 3..., 2010).

Na área da pós-graduação o IV Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (2005-2010) não menciona alguma diretriz para as BU. Neste documento, é apresentada uma retrospectiva desde o primeiro PNPG. No relato sobre o III PNPG (1986-1989), além das recomendações gerais sobre a pós-graduação e a pesquisa, traz medidas específicas para a institucionalização da pesquisa, dentre elas atualização das bibliotecas, das informações científicas e laboratórios (COORDENAÇÃO, Plano..., 2010).

Na Proposta de Diretrizes Gerais do IV PNPG, é indicado o crescimento do sistema como um todo e modelos alternativos de ações que atendam especificidades regionais, novos modelos e políticas de cooperação internacional. A avaliação deve ser baseada na qualidade e excelência dos resultados, na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto desses resultados na comunidade acadêmica, empresarial e na sociedade (*Idem*, p. 89). A única menção possível às bibliotecas pode estar subtendida no item 4.3 – Orçamento e sustentabilidade – quando se refere ao imperativo de o sistema federal restaurar a infraestrutura para a pesquisa nas universidades por ele mantidas, pelo fato de que elas são responsáveis pela maioria dos programas de pós-graduação e formando uma rede que abrange todo o território nacional (*Ibidem*, p. 56).

O PNPG 2011-2020 também não apresenta nenhuma diretriz para as BU, recomendando, apenas, apoio para publicações nos principais periódicos e continuidade do Portal de Periódicos da CAPES (*ibid.*, p. 305).

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1120/2007 que prevê a obrigatoriedade de construção de repositórios de acesso aberto por instituições públicas de educação superior. Esse projeto foi arquivado pela Câmara dos Deputados em 31/01/2011 (BRASIL, Câmara dos Deputados, 2011a). Essa ideia foi retomada com a apresentação realizada pelo Senador Rodrigo Rollemberg do projeto PLS 387/2011 que determina a obrigatoriedade das instituições de educação superior e de pesquisa a construírem repositórios de acesso aberto, tendo recebido do Senador Cristovam Buarque, relator do PLS, voto favorável, no primeiro semestre de 2012 (BRASIL, Senado Federal, 2011c; BRASIL, Senado Federal, 2011d).

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste tópico, mostraram-se alguns dos caminhos que o Brasil percorreu, e percorre, no âmbito da educação superior, especialmente de suas universidades e BU, o que vem se traduzindo em um longo período de lutas, conquistas, retrocessos, crises e superação, onde a Igreja, o Estado, organismos internacionais e grupos de pessoas com suas ideologias fazem parte desse processo.

Os vários séculos que antecederam a criação das universidades no Brasil foram épocas em que houve a desarticulação do sistema educacional dos jesuítas, no século XVIII, a reforma de Pombal, a configuração do Brasil como Estado nacional, o surgimento do ensino superior no Brasil, em 1808, com viés profissionalizante e de preparação de pessoal para o serviço público na Corte (FÁVERO, 1977, *apud* MENEGHEL, 2002; MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006; CUNHA, 2007).

Somente nas primeiras décadas do século XX, no contexto da formação da nação brasileira, é que se dá a origem das universidades brasileiras: a do Rio de Janeiro em 1920, criada por meio da junção de faculdades, e a da USP que surge em 1934, com a proposta do modelo que introduz nas funções da universidade as atividades de ensino e pesquisa (SAVIANI, 2001; FAVERO, 1977, *apud* MENEGHEL, 2002; MORHY, 2004; SOUSA, 2006; FELDMAN, 2006; ROMANO, 2006a; SILVA, José, 2006; CUNHA, 2007; LESSA, 2008).

O modelo da universidade que, até o período de 1950-1960 seguia o europeu/francês, que integrava faculdades importantes e ocupava-se da formação de quadros/profissionais para o Estado, com a reforma universitária publicada pela Lei nº 5.540/68, foi alterado quando ficou estabelecida, entre outras, a obrigatoriedade da associação ensino e pesquisa (MENEGHEL, 2002; MANCEBO *et al.*, 2006; ROMANO, 2006b).

Autores como Meneghel (2002); Mancebo *et al.* (2006) acreditam que a reforma educacional, que alterou o modelo da universidade, impôs controle do Estado sobre as IES, ofereceu ampla liberdade de atuação para o setor privado, adotou políticas de modernização, atribuiu à universidade a visão de sistema, de centralização, diretrizes administrativas de não duplicação de meios e de racionalidade organizacional. Além disso, conforme pontuou Tarapanoff (1981), significou, de modo implícito, para as BU, introduzir princípios de centralização, coordenação, cooperação e reestruturação das atividades da biblioteca em função das atividades da universidade.

A partir da década de 1970, a mobilização das BU em torno da discussão de seus problemas e tentativa de criação de um órgão que se responsabilizasse pelas políticas públicas dessa área, contribuiu de forma decisiva para o surgimento do PNBu, em 1986, que se constituiu um grande marco para essas bibliotecas que participaram fortemente de sistemas de informação compartilhados e de vários projetos cooperativos (GARCIA, 1991; CHASTINET, 1990).

Alvarenga *et al.* (2004, p. 3-4) comentam que com a incorporação de conceitos e práticas de planejamento e cooperação, na década de 1980, as BU brasileiras já participavam ativamente de redes e sistemas de informação compartilhados que se intensificam e diversificam, a partir de 1986, com a colaboração em várias ações do PNBu voltadas ao planejamento, à formação e ao desenvolvimento de coleções, com destaque para o PAP, processamento técnico, automação de bibliotecas e atividades cooperativas.

Na década de 1990, o PNBu perde seu brilho e grande parte de sua força de articulação política com a saída de sua mentora e coordenadora, Yone Sepúlveda Chastinet. Além disso, somada a transformação do PNBu em um Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior, inviabiliza a continuidade institucional. Como agravante, foi extinta a única ação harmônica e integrada do Governo Federal que as BU tiveram ao longo de sua história.

Em 1996, com a aprovação da nova LDB, aliada às medidas do governo do FHC, que atribuiu à universidade, dentre outros, o fim do modelo único, permitiu às universidades a criação de novos cursos, expansão da rede privada, atribuiu ao Estado a função de fiscalizador da qualidade da Educação superior; orientou para adequar-se à formação das necessidades do mercado de trabalho; regulamentou a educação à distância (MENEGHEL, 2002; SOUSA, 2006, FERREIRA, 2009). Essas

alterações no planejamento em função das mudanças curriculares, do aumento de alunos, da educação à distância e do caráter fiscalizador das instituições que o Estado assume muito afetaram as BU.

Para Mancebo *et al.* (2006) esse novo contexto implicou num repensar da BU face um sistema de educação superior que entendem como diversificado e flexível e objetiva maior competitividade com contenção nos gastos públicos. De concreto, a partir de 1990, houve por parte das BU uma tendência à capacitação profissional em gestão, à adoção desses princípios e práticas de gestão, à avaliação em suas bibliotecas e à utilização das novas tecnologias de modo crescente, alterando o paradigma de posse para o de acesso da informação.

A partir do final da década de 1990 e início da década de 2000, surgem no Brasil iniciativas em prol do acesso aberto, destacando-se as ações do SCIELO disponibilizando periódicos eletrônicos nessa filosofia e as diretrizes e ações do IBICT, disponibilizando plataformas de acesso aberto para a editoração de periódicos científicos, bem como a disponibilização da BDTD, em que realiza intensa atividade de cooperação com as BU e constitui-se em um exemplo de sucesso em desenvolvimento de repositórios de acesso aberto no Brasil.

Quanto às políticas públicas para as BU continua-se, da década de 1990 até hoje, contando apenas com ações isoladas dos órgãos do Governo, na implantação de serviços de informação com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação. A necessidade de ações governamentais de forma sistêmica ainda é um sonho para essas bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de; GUIMARÃES, Jorge Almeida; ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 7, n. 13, p. 218-246, 2010. Disponível em: http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.7_13/1_Artigo.pdf. Acesso em: 28 dez. 2011.

ALVARENGA, Thais Castro Caldeira *et al.* **Sistemas organizacionais de bibliotecas universitárias do Estado do Rio de Janeiro**: um breve estudo de suas gestões frente às novas tecnologias de informação. [2004]. Disponível em: <http://www.sibi.ufri.br/snbu/snbu2002/oralpdf/139.a.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Proposta de expansão, excelência e internacionalização das universidades federais**. Brasília: ANDIFES, abril 2000. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/>. Acesso em: 2 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Ensino Superior (SESU). **Plano nacional de bibliotecas universitárias**: 1º PNB. [Brasília], SESU, abr. 1986.

BRASIL. Decreto nº 98.964 de 16 de fevereiro de 1990. Institui o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 fev. 1990. Seção 1, p. 3306.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de pós-graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasil, 2004a. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf. Acesso em: 22 fev. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004b. Seção 1 p.

3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 22 dez. 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Seção 1, p. 6. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm. Acesso em: 18 dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 239, 13 dez. 2007a. Seção 1, p. 39-43. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>. Acesso em: 17 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3 de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora/aula. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jul. 2007b. Seção 1, p. 56. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em: 17 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.264, de 17 de outubro de 2008. Aprova o instrumento de avaliação externa de instituições de educação superior do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 145, n. 203, 20 out. 2008. Seção 1, p. 22. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/22>. Acesso em: 17 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 3 de 14 de outubro de 2010. Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas em procedimentos para credenciamento e reconhecimentos de universidades do Sistema Federal de Ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 out. 2010c. Seção 1, p. 10. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14917&Itemid=866. Acesso em: 17 jan. 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei 1120/2007. Situação: Arquivado na mesa Diretora da Câmara dos Deputados. **[Portal] Câmara dos Deputados**, Brasília, 2011a. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352237>. Acesso em: 6 jan. 2012.

BRASIL. Senado Federal. **PARECER nº, de 2012**. Da comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, sobre o projeto de lei do senado nº 387, de 2011, do senador Rodrigo Rollemberg, que dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. RELATOR: Senador Cristovam Buarque. Brasília, 2011c. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/mate-pdf/108623.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2012.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa. Rodrigo Rollemberg. **Projeto de Lei do Senado nº 387 de 2011**. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Brasília, 5 jul. 2011d. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/mate/servlet/PDFMateServlet?m=101006&s=http://www.senado.gov.br/atividade/materia/MateFO.xml&o=ASC&o2=A&a=0>. Acesso em: 4 jul. 2012.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. Bibliotecas universitárias brasileiras e a implantação de repositórios institucionais. **Revista Informação & Universidade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0,

jul. /dez. 2009. Disponível em: <http://www.siglinux.nce.ufrj.br/~gtbib/site/wp-content/uploads/2009/06/repositorios.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

CHASTINET, Yone. Participação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias-PNBU. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6., Belém, nov. 1989. **Anais**. Belém, Universidade Federal do Pará, Biblioteca Central; MEC SESU, 1990. v. 2, p. 38-47.

CHASTINET, Yone. **Programa de aquisição planejada de periódicos para as bibliotecas universitárias (PAP)**. Brasília: SESu/MEC, 1986.

CHASTINET, Yone. **Bibliotecas das instituições federais de ensino superior: remontar ou desmontar?** Brasília: MEC, SESu, PNBU, 1988. DOC.TEC.009/88

CHASTINET, Yone. O PROSSIGA hoje: seus serviços e uso pela comunidade em 2002. Brasília: IBICT/CNPQ/MCT, dez. 2002a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010. 2 v.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporária: o ensino superior da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira do ano 2010. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 1, p. 71-89, 2000. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 3, p. 255-266, 1999. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a3.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2009.

DUTRA, Sigrid Karin Weiss. **Portal de Periódicos da CAPES: análise do uso na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2005. 106f. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Santa Catarina, 2005. Disponível em: http://www.tede.ufsc.br/tedesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=263. Acesso em: 27 jan. 2012.

FELDMAN, Ariel. A construção do Estado e da nação no Brasil: identidades políticas e imprensa periódica no período regencial (1831-1840). **Revistas Aulas: Dossiê Identidades Nacionais**, v. 2, out. /nov. 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/~aulas/volume02/pdfs/estado_2.pdf. Acesso: 15 set. 2011.

FERREIRA, Sonia Campos. Avaliação da coleção bibliográfica da Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 8, n. 1, p. 44-71, 1980. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/RBB/article/viewFile/245/225>. Acesso em: 10 dez. 2009.

FERREIRA, Suely. **A universidade do século XXI: concepções finalidades e contradições**. 2009. Tese (Doutorado) –Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. 305 f. Disponível em: http://bdtd.ufg.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=751. Acesso em: 16 mar. 2010.

GARCIA, Maria Lucia Andrade. **Plano nacional de bibliotecas universitárias: planejamento e permanência**. Rio de Janeiro FINEP, 1991.

GOMES Henriette Ferreira; PRUDÊNCIO, Deise Sueira; CONCEIÇÃO, Adriana Vasconcelos da. Mediação da informação pelas Bibliotecas universitárias: um mapeamento sobre o uso dos dispositivos de comunicação na web. **Informação & Sociedade: Estudo**, v. 20, n. 3, p. 145-

156, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2543/1/9047-11220-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2011.

IANNI, Octavio. O Estado-Nação na época da globalização. **Econômica**: Revista da Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 1, p. 105-118, 1999. Disponível em: <http://boletimef.org/biblioteca/576/O-Estado-Nacao-na-epoca-da-globalizacao>. Acesso em: 15 de nov. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) comemora adesão de 100 portais de periódicos. **[Portal] IBICT**, Brasília, 26 abr. 2012. Disponível em: <http://www.ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/seer-comemora-adesao-de-100-portais-de-periodicos>. Acesso em: 2 maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 8 de abril de 2016.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até os nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, 3, n. 1, p. 1-24, 2007. Disponível em: <http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/27/32>. Acesso em: 5 fev. 2010.

LEMONS, Antônio Agenor Briquet de; MACEDO, Vera Amália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 40-51, mar. 1975. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em: 12 abril de 2016.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/ea/v22n62/a16v2262.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no Período Pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 3, p. 1-11, 2006. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/ep/v32n3/a03v32n3.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2010.

MAGALHÃES, Antônio M. **A identidade do ensino superior**: política, conhecimento e educação, numa época de transição. [Porto, PT]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. (Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

MANCIBO, D.; MAUÉS, O.; CHAVES, V. L. J. Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar**, n. 28, p. 37-53, 2006. Disponível em: <http://www.SciELO.br/pdf/er/n28/a04n28.pdf>. Acesso em: 17 de nov. 2011.

MENEGHEL, Stela Maria. A crise da universidade moderna no Brasil. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 29 set. 2002, Caxambu, MG. **[Anais eletrônicos]**, Caxambu, 2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/stelamariameneghelt11.rtf>. Acesso em: 18 mar. 2010.

MIRANDA, Antônio. Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Niterói, 1978. **Anais**. Niterói, 1978. Atualizado e republicado em 2006. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/BIBLIOTECA_UNIVERSITARIA_.pdf. Acesso em: 10 dez. 2009.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MOREIRA, Jandira Neves Moraes. Informações **sobre a criação da biblioteca universitária da USP**. [Mensagem eletrônica pessoal] mensagem recebida por: jandira@usp.br, em 28 fev. 2012.

MORHY, Lauro. Brasil, universidade e educação superior. In: MORHY, Lauro (Org.). **Universidade no mundo: universidade em questão**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. v. 2, p. 25-60.

ODDONE, Nanci Elizabeth. **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da documentação. 157 f. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia IBICT, Departamento de Ensino e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/691>. Acesso em: 31 maio 2010.

ODDONE Nanci Elizabeth; MEIRELLES, Rodrigo. O portal de periódicos da CAPES e os indicadores de desempenho da informação eletrônica. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 3, p. 1-9, 2006. Disponível em: http://www.dgz.org.br/jun06/Art_02.htm. Acesso em: 27 dez. 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais**: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG). 2000. 210 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2000.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar, *et al.* Satisfação dos usuários de bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12. Recife, PE, 2002. **Anais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/nucleos/pc/artigo/Artigo%20SNBU-2002.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2011.

RODRIGUES, Kátia de Oliveira. **Mudanças nas práticas de desenvolvimento de periódicos científicos nas bibliotecas universitárias brasileiras**. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação, Instituto da Ciência da Informação, Salvador, 2008. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3596. Acesso em: 28 dez. 2011

ROMANO, Roberto. Passado, presente e futuro da universidade brasileira. **Jornal da Unicamp**, p. 6-7, 2-8 out. 2006a. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2006/ju339pag6-7.html. Acesso em: 17 mar. 2010.

ROMANO, Roberto. Reflexões sobre a universidade. In: SILVA, Maria Abadia; SILVA, Ronalda Barreto (org.). **A ideia de universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006b. p. 17-48.

SAVIANI, Demerval. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. **[Portal] UNICAMP**: Faculdade de Educação, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/dermeval/texto2001-3.html>. Acesso em: 10 set. 2009.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Em tempos de Capanema**. São Paulo: USP, 2000. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit7.htm#_1_1. Acesso em: 23 mar. 2010.

SILVA, Ângela Maria Moreira. **Bibliotecas universitárias da Amazônia**: desbravando fronteiras, administrando improvisos. São Luís, MA, 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Políticas Públicas, 2009. Disponível em: http://www.tedebc.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=386. Acesso em: 28 jan. 2010.

SILVA, Maria Abadia da. Gestão da educação superior pública. In: SILVA, Maria Abadia; SILVA, Ronalda Barreto (Org.). **A ideia de universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 179-208.

SOUSA, José Vieira de. Restrição do público e estímulo à iniciativa privada: tendência histórica no ensino superior. In: SILVA, Maria Abadia; SILVA, Ronalda Barreto (Org.). **A ideia de universidade: rumos e desafios**. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 139-178.

SUBER, Peter. Open Access Overview: focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints. **Earlham**, Richmond, IN, 2004. Disponível em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>. Acesso em: 20 maio 2010.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para bibliotecas universitárias no Brasil: sua posição sócio-econômica e estrutural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 2., 1981. Brasília. **Anais**. Brasília: CAPES, 1981, p. 9-35. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001627.pdf#page=17>. Acesso em: 2 fev. 2010.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Biblioteca Central. **Sobre a BCE**. [Portal] Biblioteca Central, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.bce.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=28. Acesso em: 1 fev. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Sistema de Bibliotecas da UFMG. Sobre o sistema: histórico. **Portal Sistema de Bibliotecas da UFMG**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.bu.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67&Itemid=92. Acesso em: 1 fev. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Biblioteca Universitária. Histórico. **Sistema de Bibliotecas da UFCS**, Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/modules/conteudo/index.php?id=4>. Acesso em: 1 fev. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). Biblioteca. A biblioteca universitária: missão e histórico. **Portal UFC**: Biblioteca, Fortaleza, 2010. Disponível em: http://www.ufc.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=30. Acesso em: 1 fev. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Biblioteca. História da biblioteca da UFRGS. **Biblioteca Central [UFRGS]**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufrgs.br/historico.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

Editores do artigo: Adilson Luiz Pinto, Rafaela Paula Schmitz e Enrique Muriel-Torrado